

**Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/Capes - Ação Transversal nº06/2011 - Casadinho/Procad**

## **I – CHAMADA PÚBLICA**

O Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação – MCTI, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o Ministério da Educação – MEC, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, tornam pública a presente Chamada Pública e convidam os interessados a apresentarem propostas de implantação de redes de cooperação acadêmica no País, nos termos aqui estabelecidos, e em conformidade com o anexo REGULAMENTO, parte integrante desta Chamada Pública.

### **I.1 – OBJETIVO**

A presente Chamada Pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em instituições distintas, que estimulem a formação pós-graduada e a mobilidade docente e discente e visem promover o fortalecimento e a consolidação de Programas de Pós-Graduação stricto sensu de instituições nacionais. As propostas devem observar as condições específicas estabelecidas na parte **II – REGULAMENTO**, anexo a esta Chamada Pública, que determina os requisitos relativos ao proponente, cronograma, recursos financeiros a serem aplicados nas propostas aprovadas, origem dos recursos, itens financiáveis, prazo de execução dos projetos, critérios de elegibilidade, critérios e parâmetros objetivos de julgamento e demais informações necessárias.

### **I.2 – APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS**

**I.2.1** – As propostas devem ser acompanhadas de arquivo contendo o projeto e devem ser encaminhadas ao CNPq exclusivamente via Internet, por intermédio do Formulário de Propostas Online, disponível na Plataforma Carlos Chagas, a partir da data indicada no subitem **II.1.3 – CRONOGRAMA** do **REGULAMENTO**.

**I.2.2** – As propostas devem ser transmitidas ao CNPq, até às 18 (dezoito) horas, horário de Brasília, da data limite de submissão das propostas, descrita no subitem **II.1.3 – CRONOGRAMA** do **REGULAMENTO**. No entanto, o sistema eletrônico (servidor de rede) receberá propostas com tolerância de mais 24 (vinte e quatro) horas, encerrando-se, impreterivelmente, às 18h (dezoito horas) do dia posterior à data limite de submissão das propostas, horário de Brasília. O proponente receberá, após o envio, um recibo eletrônico de protocolo da sua proposta, o qual servirá como comprovante da transmissão.

**I.2.3** – A proposta deve ser apresentada em conformidade com o descrito no subitem **II.2 – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE** do **REGULAMENTO**, contendo rigorosamente todos os itens previstos nesta Chamada Pública. O arquivo contendo o projeto de pesquisa deve ser gerado fora do Formulário de Propostas Online e anexado a este, nos formatos “doc”, “pdf” “rtf” ou “post script”, limitando-se a 1Mb (um megabyte). Caso seja necessário utilizar figuras, gráficos, etc, para esclarecer a argumentação da proposta, estas não devem comprometer a capacidade do arquivo, pois propostas que excedam o limite de 1Mb não serão recebidas pelo guichê eletrônico do CNPq.

**I.2.4** – Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final de recebimento estabelecido no subitem **I.2.2** acima. Assim, recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o CNPq não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos.

**I.2.5** – Caso a proposta seja remetida fora do prazo de submissão, ela não será aceita pelo sistema eletrônico. Por este motivo e, no cumprimento do disposto no caput do art. 41, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, não haverá possibilidade da proposta ser acolhida, examinada e julgada.

**I.2.6** – Será aceita uma única proposta por Programa de Pós-Graduação não consolidado e proponente.

### **I.3 – ADMISSÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO**

A seleção das propostas submetidas ao CNPq, em atendimento a esta Chamada Pública, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

#### **I.3.1 – Etapa I – Análise pela Área Técnica do CNPq**

Esta etapa, a ser realizada pela área técnica do CNPq, consiste na análise das propostas apresentadas quanto ao atendimento às disposições estabelecidas nos itens do **REGULAMENTO**, relativos ao subitem **II.1.6 – ITENS FINANCIÁVEIS** e subitens **II.2.1 – QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE DO PROJETO** e **II.2.3 – QUANTO À INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO**, dos **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**.

#### **I.3.2 – Etapa II – Análise pelos Consultores *ad hoc***

Esta etapa consistirá na análise aprofundada da demanda qualificada, quanto ao mérito e relevância das propostas, a ser realizada por especialistas que se manifestarão sobre os tópicos relacionados no subitem **II.2.2 – QUANTO À PROPOSTA** dos **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE** e **II.3 – CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO**, do anexo **REGULAMENTO**.

#### **I.3.3 – Etapa III – Análise, julgamento e Classificação pelo Comitê Julgador**

**I.3.3.1** – As propostas serão avaliadas e classificadas nesta etapa considerando as análises das etapas **I.3.1** e **I.3.2** e os **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE** indicado no subitem **II.2.2 – QUANTO À PROPOSTA** e de **JULGAMENTO** indicado no subitem **II.3**, do **REGULAMENTO**, que serão pontuados pelo Comitê Julgador, composto por pesquisadores indicados pelo CNPq e pela Capes.

**I.3.3.2** – A pontuação final de cada projeto será aferida conforme estabelecido no item **II.3 – CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO** do **REGULAMENTO**.

**I.3.3.3** – Após a análise de mérito e relevância de cada proposta e da adequação de seu orçamento, os Comitês, dentro dos limites orçamentários estipulados pela Diretoria Executiva (DEX) do CNPq e pela Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB) da Capes, poderão recomendar:

- a) aprovação, com ou sem cortes orçamentários; ou
- b) não aprovação.

**I.3.3.4** – Os cortes no orçamento dos projetos não poderão ultrapassar 30% do valor solicitado ao CNPq/Capes. Caso o comitê sugira cortes superiores a este valor, o projeto será automaticamente excluído da concorrência.

**I.3.3.5** – O parecer do Comitê sobre as propostas, dentro dos critérios estabelecidos, será registrado em Planilha Eletrônica, contendo a relação das propostas julgadas, recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, em ordem decrescente, assim como outras informações e recomendações julgadas pertinentes. Para propostas recomendadas, será definido o valor a ser financiado pelo CNPq/Capes. Para propostas não recomendadas, será emitido parecer consubstanciado contendo as justificativas para a não recomendação. A Planilha Eletrônica será assinada pelos membros do Comitê.

**I.3.3.6** – Não é permitido integrar o Comitê Julgador o pesquisador que tenha apresentado propostas a esta Chamada Pública, ou que participe da equipe do projeto.

**I.3.3.7** – É vedado a qualquer membro do Comitê julgar propostas de projetos em que:

- a) esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau; ou
- b) esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

#### **I.3.4 – Etapa IV – Análise pela Diretoria Executiva (DEX) do CNPq e Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB) da Capes**

Todas as propostas analisadas pelos Comitês serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva do CNPq e da Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes, que emitirão a decisão final sobre sua aprovação, observados os limites orçamentários desta Chamada Pública.

### **I.4 – RESULTADO DO JULGAMENTO**

**I.4.1** – O resultado do processo de seleção das propostas será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial da União e a relação das propostas contempladas na presente Chamada Pública e respectivos valores aprovados serão divulgados nas páginas eletrônicas do CNPq e da Capes, disponível na Internet nos endereços [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br) e [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br).

**I.4.2** – Todos os proponentes da presente Chamada Pública terão acesso ao parecer sobre sua proposta, preservada a identificação dos pareceristas.

### **I.5 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**I.5.1** – Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso em formulário eletrônico específico, disponível na

Plataforma Carlos Chagas (<http://carloschagas.cnpq.br>), no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União e nas páginas do CNPq/Capes, desde que esteja disponibilizada ao proponente o parecer do Comitê Julgador na Plataforma Carlos Chagas.

**1.5.2** – O recurso deverá ser dirigido à Comissão Permanente de Análise de Recursos - COPAR que, após exame, encaminhará o resultado para deliberação final da Diretoria Executiva do CNPq e da Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes.

**1.5.3** – Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. O prazo só se inicia e vence em dias de expediente no CNPq/Capes.

**1.5.4** – A norma específica, Resolução Normativa nº 006/2009, que estabelece os procedimentos necessários para interposição de recursos está disponível na página do CNPq, no endereço eletrônico [http://www.cnpq.br/normas/rn\\_09\\_006.htm](http://www.cnpq.br/normas/rn_09_006.htm).

## **I.6 – CONTRATAÇÃO DAS PROPOSTAS APROVADAS**

**I.6.1** – As propostas aprovadas serão contratadas na modalidade de Auxílio Individual, em nome do Coordenador/Proponente, mediante assinatura de Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica.

**I.6.2** – A assinatura do Termo de Concessão ficará subordinada à existência prévia de Protocolo de Cooperação Técnica, celebrado entre a instituição de execução do projeto e o CNPq, conforme previsão contida na alínea “a” do item 5 do Anexo I da Resolução Normativa nº 024/2006 ([http://www.cnpq.br/normas/rn\\_06\\_024.htm](http://www.cnpq.br/normas/rn_06_024.htm)), e que, nos termos da Cláusula Segunda, item 3 - Das Competências da Instituição, do referido Protocolo, não haja veto da instituição.

**I.6.3** – A existência de alguma inadimplência do proponente com a Administração Pública Federal direta ou indireta constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

## **I.7 – CANCELAMENTO DA CONCESSÃO**

**I.7.1** – A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Executiva do CNPq, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

## **I.8 – PUBLICAÇÕES**

**I.8.1** – As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pela presente Chamada Pública, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio das entidades/órgãos financiadores.

**I.8.2** – As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição

Federal, bem assim aquelas consignadas na Instrução da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República – atualmente a IN/SECOM-PR nº 02, de 16 de dezembro de 2009.

## **I.9 – IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA**

**I.9.1** – Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada Pública o proponente que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Ademais, não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, em o tendo aceitado sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

**I.9.2** – A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria Executiva do CNPq, por correspondência eletrônica, para o endereço [casadinhoprocad@cnpq.br](mailto:casadinhoprocad@cnpq.br).

## **I.10 – REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA**

**I.10.1** – A qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria Executiva do CNPq e da Diretoria de Programas e Bolsas no País da CAPES, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

## **I.11 – PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS**

**I.11.1** – É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias à execução do projeto.

**I.11.2** – Coordenadores brasileiros de projetos de pesquisa, relacionados à biodiversidade, devem observar a legislação em vigor (MP nº 2.186-16/2001, Decreto nº 3.945/01, alterado pelo Decreto nº 4.946/2003, Decreto nº 98.830/90, Portaria MCT nº 55/90) para autorizações de acesso, coleta e remessa de amostras e concessão de vistos de entrada no País aos estrangeiros participantes do projeto.

## **I.12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**I.12.1** – Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica à Coordenação responsável pela Chamda Pública por intermédio do endereço [casadinhoprocad@cnpq.br](mailto:casadinhoprocad@cnpq.br).

**I.12.2** – Qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada ao CNPq por seu coordenador, acompanhada da devida justificativa, devendo a mesma ser autorizada antes de sua efetivação.

**I.12.3** – Ao final da vigência, o proponente deverá apresentar a prestação de contas financeira e os relatórios técnicos, em conformidade com o que estiver estabelecido no Termo de Concessão e demais normas do CNPq.

**I.12.4** – Durante a execução, o projeto será acompanhado e avaliado, em todas as suas fases, de acordo com o estabelecido no Termo de Concessão.

**I.12.5** – O CNPq reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Avaliação e Acompanhamento.

**I.12.6** – As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do CNPq serão de domínio público.

**I.12.7** – Caso os resultados do projeto ou o relatório em si venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação, nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 e pela RN-013/2008 ([http://www.cnpq.br/normas/rn\\_08\\_013.htm](http://www.cnpq.br/normas/rn_08_013.htm)).

**I.12.8** – A presente Chamada Pública regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, pelas normas internas do CNPq e da Capes.

## **I.13 – DOS ESCLARECIMENTOS E DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DO CONTEÚDO DA CHAMADA PÚBLICA E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROPOSTA ONLINE**

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada Pública e sobre o preenchimento do Formulário de Proposta *Online* poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico e telefones indicados em item específico do **REGULAMENTO**.

## **I.14 – CLÁUSULA DE RESERVA**

A Diretoria Executiva do CNPq reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada Pública.

Brasília, 15 de setembro de 2011.



## **Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/Capes - Ação Transversal nº 6/2011 – Casadinho/Procad**

### **II – REGULAMENTO**

O presente REGULAMENTO tem por finalidade definir as atividades a serem apoiadas financeiramente, e as condições para implementação do apoio, mediante a seleção, por Chamada Pública, de propostas para execução de projetos.

#### **II.1 – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**

##### **II.1.1 – DO OBJETO**

Apoiar projetos conjuntos de pesquisa que visem promover o fortalecimento e a consolidação de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e estimulem a formação pós-graduada e a mobilidade docente e discente por meio da cooperação inter- e/ou intra-regional entre grupos de pesquisa de qualquer região do país vinculados a Programas de Pós-Graduação não consolidados e Programas consolidados de instituições nacionais de ensino superior e/ou de pesquisa.

##### **II.1.2 – DAS CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA CASADINHO/PROCAD**

**II.1.2.1** – O Programa Casadinho/Procad possui, como objetivo geral, promover o fortalecimento de grupos de pesquisa, vinculados a Programas de Pós-Graduação recomendados pela CAPES, a consolidação de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, estimular a formação pós-graduada e a mobilidade docente e discente por meio do apoio à cooperação inter- ou intra-regional entre grupos de pesquisa de qualquer região do país vinculados a Programas de Pós-Graduação não consolidados e Programas consolidados de instituições nacionais de ensino superior e/ou de pesquisa.

**II.1.2.2** – Como resultados do Programa, espera-se que haja fortalecimento da interação científico-acadêmica de modo a constituir redes de cooperação, implantação e recuperação da infraestrutura de pesquisa, o aumento na formação e na capacitação de recursos humanos, o aumento da produção técnico-científica dos grupos de pesquisa, o fortalecimento e a criação de linhas de pesquisa, a melhoria dos Programas de Pós-Graduação e uma melhor distribuição regional dos núcleos de excelência em pesquisas no país.

**II.1.2.3** – Define-se como grupo de pesquisa uma equipe formada por, no mínimo, 3 (três) pesquisadores doutores, vinculados a um mesmo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* recomendado pela Capes. O conceito de “grupo de pesquisa”, aqui definido, não se refere e não tem relação direta com os grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

**II.1.2.4** – Define-se como “não consolidado”, apto a concorrer, o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* de instituição de ensino superior e/ou de pesquisa nacional, com nota 3 ou 4 obtida na última avaliação da CAPES.

**II.1.2.5** – Define-se como “consolidado” o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* de instituição de ensino superior ou de pesquisa nacional de qualquer região do país com nota 6 ou 7, obtida na última avaliação da CAPES.

**II.1.2.6** – Os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* com nota 5, obtida na última avaliação da CAPES, serão considerados “consolidados” quando não houver Programa com nota 6 ou 7 na mesma área do conhecimento. Caso contrário, os Programas com nota 5 serão considerados “não consolidados”.

### II.1.3. CRONOGRAMA

Atividades	Data
Lançamento da Chamada Pública no Diário Oficial da União e na página do CNPq na internet	19 de setembro de 2011
Data limite para submissão das propostas	04 de novembro de 2011
Divulgação dos resultados no Diário Oficial da União e na página do CNPq na internet	A partir de 15 dezembro de 2011
Início da contratação das propostas aprovadas	A partir de 15 dezembro de 2011

### II.1.4 – RECURSOS FINANCEIROS

**II.1.4.1** – As propostas aprovadas serão financiadas no valor global estimado de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para o período de quatro anos de execução dos projetos selecionados, dos quais R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) do orçamento da Capes, a serem liberados em quatro parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do MCTI/CNPq e do MEC/Capes.

**II.1.4.2** – Os recursos destinados a esta Chamada Pública são provenientes do FNDCT/Ação Transversal 2.1.3 e do orçamento da Capes.

**II.1.4.3** – As informações sobre os fundos setoriais (documentos básicos, diretrizes estratégicas, legislação básica etc.) estão disponíveis no sítio do MCTI, em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/725.html>.

**II.1.4.4** – Será aceita uma única proposta para cada programa de pós-graduação não consolidado.

**II.1.4.5** – Entretanto, a proposta deve envolver a cooperação com grupos de pesquisa de diferentes Programas de Pós-Graduação consolidados, admitindo-se a composição com até três grupos consolidados.



**II.1.4.6** – Os projetos terão o valor de financiamento de até R\$ 100.000,00 por ano, totalizando até R\$ 400.000,00, por projeto. Os recursos serão disponibilizados em Custeio, Capital e Bolsas definidos no item II.1.6 – ITENS FINANCIÁVEIS.

**II.1.4.7** – Em cada proposta, o aporte de recursos aos grupos deverá obedecer aos seguintes percentuais:

- a) mínimo de 70% para o grupo vinculado ao Programa “não consolidado”;
- b) máximo de 30% para os grupos vinculados ao(s) Programa(s) “consolidado(s)”.

**II.1.4.8** – Pelo menos trinta por cento dos recursos disponibilizados para esta Chamada Pública serão, necessariamente, destinados a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional (Lei nº 11.540/2007).

## **II.1.5 – MODALIDADES DE APOIO**

**II.1.5.1** – Os projetos serão apoiados por meio do financiamento de missões de estudo, missões de docência e pesquisa e estágio pós-doutoral, outros itens de custeio e despesas de capital. As missões devem ser planejadas de modo a assegurar a implementação das ações necessárias, destinadas a facilitar e possibilitar a interação entre as equipes, consolidando, desse modo, as redes de cooperação.

### **II.1.5.2 – MISSÃO DE ESTUDO NO PAÍS**

A missão de estudo destina-se a financiar a mobilidade dos discentes de pós-graduação e bolsistas de iniciação científica integrantes dos grupos.

#### **II.1.5.2.1 – DISCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**II.1.5.2.1.1** - O financiamento será feito por meio da concessão de bolsas de estudo na modalidade doutorado sanduíche, auxílio suporte adicional para o deslocamento de alunos de mestrado, auxílio moradia e da aquisição de passagens aéreas para o deslocamento dos bolsistas integrantes das equipes. O pagamento da bolsa, do auxílio suporte adicional para deslocamento ou do auxílio moradia deverá ser efetuado somente durante o período de permanência do bolsista no programa de pós-graduação de destino, ou seja, onde o aluno realizará as atividades relacionadas à missão de estudos no âmbito do projeto Casadinho/Procad. As bolsas serão implementadas após terem sido recomendadas segundo as normas do CNPq e analisada sua pertinência aos objetivos do projeto.

**II.1.5.2.1.2** - Os candidatos deverão estar matriculados em um dos programas de pós-graduação envolvidos no projeto e a missão de estudos deverá ser realizada em outro Programa de Pós-Graduação participante do projeto. A duração da missão de estudos deverá ser de no mínimo 1 (um) mês e de no máximo 12 (doze) meses, sendo vedado o pagamento de bolsas ou auxílios fracionados.

## **II.1.5.2.2 – MOBILIDADE DE BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**II.1.5.2.2.1** - O financiamento será feito por meio da concessão de auxílio moradia e da aquisição de passagens aéreas para o deslocamento dos bolsistas de iniciação científica integrantes dos grupos. O pagamento do auxílio moradia deverá ser efetuado somente durante o período de permanência do bolsista na IES de destino, ou seja, onde o aluno realizará as atividades relacionadas à missão de estudos no âmbito do projeto Casadinho/Procad.

O candidato deverá estar matriculado em uma das IES envolvidas no projeto e ser bolsista de iniciação científica. A missão de estudos deverá ser realizada em outra IES participante do projeto. A duração da missão de estudos deverá ser de 1 (um) mês, sem prejuízo das demais atividades do curso de graduação, sendo vedado o pagamento de auxílio fracionado.

## **II.1.5.3 – MISSÃO DE DOCÊNCIA E PESQUISA NO PAÍS**

**II.1.5.3.1** - A missão de docência e pesquisa no País destina-se às atividades de ensino e pesquisa realizadas nos Programas de Pós-Graduação participantes do projeto. A missão de docência e pesquisa deverá ser executada, exclusivamente, por docentes dos grupos inscritos no projeto. O financiamento destas atividades será feito por meio da concessão de diárias e da aquisição de passagens aéreas. A duração de cada missão de docência e pesquisa é de no mínimo 3 (três) dias e no máximo 4 (quatro) semanas.

## **II.1.5.4 – ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL NO PAÍS**

**II.1.5.4.1** - Esta atividade destina-se a apoiar o estágio pós-doutoral de docentes membros dos grupos, através de bolsas de pós-doutorado júnior e pós-doutorado sênior, em programas de pós-graduação com nota igual ou superior a 6, de qualquer ICT do País.

**II.1.5.4.2** - Quando não houver Programa com nota 6 ou 7 na mesma área do conhecimento, o Estágio Pós-Doutoral poderá ser realizado em Programa com nota 5.

## **II.1.6 – ITENS FINANCIÁVEIS**

**II.1.6.1** – Os recursos da presente Chamada Pública serão destinados ao financiamento de itens de custeio e capital, compreendendo:

### **II.1.6.1.1 – Custeio:**

- a)** Auxílio moradia no País, com prazo de implementação e duração vinculados à vigência do projeto, nas seguintes modalidades:
  - I.** Auxílio moradia no valor mensal de R\$ 900,00 para doutorado sanduíche, com duração de 2 a 6 meses. Este auxílio será devido apenas quando houver realização de doutorado sanduíche.

II. Auxílio suporte adicional para deslocamento de alunos de Mestrado, no valor de R\$ 1.200,00

III. Auxílio moradia com duração de 1 mês no valor de R\$ 900,00 para bolsistas na modalidade iniciação científica.

- b)** Passagens aéreas, adquiridas na **classe econômica e tarifa promocional**;
- c)** Diárias para missões de docência e pesquisa no país, conforme valores estabelecidos pelo CNPq;
- d)** Material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, software e instalação de equipamentos;
- e)** Serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual. Qualquer pagamento a pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício. Assim, a mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o CNPq/Capes e destes não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador/Instituição de execução do projeto;
- f)** Despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos;
- g)** Realização de eventos de pesquisa, avaliação ou acompanhamento das atividades do projeto;
- h)** obras de infra-estrutura, para ampliação e/ou recuperação de laboratórios (devidamente justificados para as finalidades do projeto de pesquisa e de acordo com a Chamada Pública).

**II.1.6.1.1.1** – O valor total solicitado para os itens de custeio descritos nas alíneas “a”, “d” a “h” deverão ser incluídos no campo “custeio” do Formulário de Propostas *Online*. Os valores de passagens e diárias, itens “b” e “c” deverão ser incluídos em campos do mesmo nome do referido formulário, seguindo as instruções lá contidas.

**II.1.6.1.2** – Capital:

- a)** material bibliográfico; e
- b)** equipamentos e material permanente.

**II.1.6.1.2.1** – O valor total solicitado para os itens de capital descritos nas alíneas “a” e “b” deverão ser incluídos no campo “Capital” do Formulário de Propostas *Online*.

**II.1.6.1.2.2** – Os itens de capital serão alocados e patrimoniados na instituição de execução do projeto ou nas instituições colaboradoras, sob a responsabilidade, manutenção e guarda do coordenador, no caso da instituição executora, ou do interlocutor, no caso do grupo de pesquisa de instituição colaboradora.

**II.1.6.2 – Bolsas**

- I. Bolsas de doutorado sanduíche, com duração de 2 a 6 meses. Os valores serão aplicados conforme tabela do anexo I;
- II. Bolsas de estágio pós-doutoral com duração de 6 a 12 meses. Os valores serão aplicados conforme tabela do anexo I;

**II.1.6.2.1**– O valor total solicitado para bolsas deverão ser incluídos no campo “Bolsas” do Formulário de Propostas Online.

**II.1.6.3** – São vedadas despesas com:

- a) pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal);
- b) com crachás, pastas e similares, certificados, ornamentação, coquetel, jantares, *shows* ou manifestações artísticas de qualquer natureza;
- c) despesas de rotina como contas de luz, água e telefone, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória das instituições integrantes do projeto;
- d) pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias da União;
- e) pagamento de taxas de administração, de gerência, a qualquer título;

**II.1.6.3.1** – As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/instituição de execução do projeto, a título de contrapartida.

**II.1.6.4** – Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas do CNPq, disponíveis no endereço:  
<http://www.cnpq.br/prestacaocontas/index.htm>.

**II.1.6.5** – Quando aplicável, a proposta deve incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de até 18% (dezoito por cento) do montante previsto para tais gastos. O CNPq e a Capes não respondem pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

## **II.1.7. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS**

As propostas a serem apoiadas pela presente Chamada Pública deverão ter seu prazo de execução estabelecido em 48 (quarenta e oito) meses, admitindo-se uma prorrogação de até 12 (doze) meses, sem o acréscimo de recursos financeiros concedidos e por razão justificada.

## **II.2 – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios. O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame da proposta, seu enquadramento, análise e julgamento. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles poderá resultar na desclassificação da proposta.

### **II.2.1 – QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE DO PROJETO:**

**II.2.1.1** – O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo:

- a)** possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes atualizado até a data da submissão da proposta.
- b)** ser obrigatoriamente o coordenador do projeto;
- c)** ter vínculo celetista ou estatutário com instituição nacional de ensino superior ou de pesquisa nacional proponente, doravante denominada “instituição de execução do projeto”;
- d)** estar inserido em um grupo de pesquisa vinculado a Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* não consolidado da instituição de execução do projeto;
- e)** ter sido indicado pelo coordenador do Programa de Pós-Graduação não consolidado, como coordenador da proposta (ver subitem **II.2.2.2.15**).

**II.2.1.2** – Ao apresentar a proposta, o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

**II.2.1.3** – O grupo poderá ser constituído por pesquisadores, alunos e técnicos. Outros profissionais poderão integrar o grupo na qualidade de colaboradores.

**II.2.1.4** – Os grupos de pesquisa participantes do projeto devem ser formados por, no mínimo, 3 (três) pesquisadores doutores, vinculados a um mesmo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, conforme subitem **II.1.2.3**. Esta definição deve ser respeitada tanto pelo grupo vinculado ao Programa não consolidado quanto pelos grupos vinculados ao Programa consolidado.

**II.2.1.5** – O coordenador do projeto deverá indicar um membro do grupo do programa não consolidado para exercer a função de vice-coordenador do projeto.

**II.2.1.6** – Cada grupo de pesquisa vinculado a Programa de pós-graduação consolidado participante do projeto deverá definir um interlocutor do grupo.

**II.2.1.7** – Somente deverão ser incluídos no grupo do projeto aqueles que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deve ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto.

**II.2.1.8** – É obrigatório que os membros do grupo caracterizados como pesquisadores tenham seus currículos cadastrados na Plataforma Lattes, atualizados até a data limite para submissão

das propostas. Essa exigência não se aplica a pesquisadores estrangeiros, podendo ser apresentado curriculum vitae de formato livre a ser anexado à proposta.

## **II.2.2 – QUANTO À PROPOSTA:**

**II.2.2.1** – O projeto deve estar claramente caracterizado como pesquisa científica e tecnológica.

**II.2.2.2** – As propostas deverão ser apresentadas na forma de projeto de pesquisa integrado dos grupos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-Graduação envolvidos na parceria. Recomenda-se que este projeto apresente as seguintes informações, de forma a permitir sua adequada análise por parte do Comitê Julgador:

**II.2.2.2.1** – Informações sobre os Programas de Pós-Graduação participantes, contendo:

**a)** breve histórico dos Programas, considerando os critérios de avaliação e notas da CAPES;

**b)** listagem das áreas de concentração e linhas de pesquisa, projetos em andamento e trabalhos científicos, tecnológicos e de inovação já desenvolvidos pelos grupos, destacando as linhas de pesquisa a serem apoiadas na proposta.

**II.2.2.2.3** – Planilha contendo informações das equipes de pesquisa participantes, identificadas por Programa de Pós-Graduação consolidado e Programa de Pós-Graduação não consolidado: nome dos componentes, titulação, se é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e a categoria/nível, curso de Pós-Graduação/Instituição ao (à) qual está vinculado e função na equipe (coordenador, vice-coordenador, interlocutor, pesquisador doutor, aluno de doutorado, aluno de mestrado, e aluno de graduação).

**II.2.2.2.4** – Descrição dos mecanismos de articulação que serão utilizados para promover a interação entre os grupos de pesquisa participantes do projeto.

**II.2.2.2.5** – Caracterização do problema, justificando a necessidade do apoio financeiro e da parceria.

**II.2.2.2.6** – Objetivos e metas (incluindo o plano de incremento da produção científica, tecnológica e/ou de inovação com o envolvimento dos alunos).

**II.2.2.2.7** – Estado-da-arte da pesquisa.

**II.2.2.2.8** – Metodologia e técnicas que serão utilizadas na execução do projeto de pesquisa.

**II.2.2.2.9** – Cronograma de execução das atividades.

**II.2.2.2.10** – Infra-estrutura das instituições participantes (existente e a necessária para dar suporte à interação entre os grupos).

**II.2.2.2.11** – Proposta orçamentária detalhada, justificando a necessidade dos itens solicitados e indicando o Programa de Pós-graduação ao qual serão alocados.

**II.2.2.2.12** – Financiamento de recursos provenientes de outras fontes, quando houver.



**II.2.2.2.13** – Resultados esperados do ponto de vista científico, tecnológico, de inovação e na formação dos mestres e doutores envolvidos.

**II.2.2.2.14** – Descrição das ações de divulgação e transferência dos conhecimentos adquiridos para a sociedade.

**II.2.2.2.15** – Declaração do coordenador do Programa de Pós-Graduação não consolidado, indicando o proponente como coordenador da proposta. Caso o coordenador do Programa de Pós-Graduação não consolidado seja o próprio proponente da proposta, não é necessário o envio da declaração.

## **II.2.3 – QUANTO À INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO:**

A instituição de execução do projeto, entendida como a sede do Programa de Pós-Graduação não consolidado, deverá ser uma instituição nacional de ensino superior ou de pesquisa, constituída pelas leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País.

## **II.3 – CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO**

**II.3.1** – São os seguintes os critérios para classificação das propostas quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária:

Critérios de Análise e Julgamento		Peso	Nota
<b>A</b>	Qualidade do projeto quanto à possibilidade de avanço do conhecimento ou de desenvolvimento tecnológico.	5	0 a 10
<b>B</b>	Qualificação do coordenador e da equipe de execução, considerada a sua adequação ao projeto apresentado.	2	0 a 10
<b>C</b>	Adequação dos mecanismos de integração entre os componentes dos diferentes programas de Pós-Graduação.	2	0 a 10
<b>D</b>	Mecanismos de transferência do conhecimento.	1	0 a 10

**II.3.2** – Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

**II.3.3** – A pontuação final de cada projeto será aferida pela média ponderada das notas atribuídas para cada item.

**II.3.4** – Em caso de empate será utilizado o somatório das notas atribuídas aos itens A e C, como critério de desempate e continuando o empate, vencerá o pesquisador mais jovem.

## **II.4 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS**

**II.4.1** – O acompanhamento e avaliação dos projetos compreendem um conjunto de atividades que têm por objetivo garantir que os objetivos e metas inicialmente propostos sejam alcançados. Para tanto, as seguintes atividades serão realizadas:

- a)** envio de relatório técnico parcial por parte dos coordenadores de projetos ao término do segundo ano de vigência;
- b)** análise do relatório técnico por comitê de avaliação composto por pesquisadores indicados pelo CNPq e Capes;
- c)** realização de visita técnica *in loco*, de acordo com necessidade a ser indicada pelo comitê de avaliação;
- d)** envio dos pareceres técnicos aos coordenadores dos projetos, para conhecimento e eventuais correções na execução do projeto.

**II.4.2** – As informações obtidas por meio dos relatórios técnicos dos projetos e dos pareceres dos consultores servirão de subsídios para o aperfeiçoamento do Programa Casadinho/Procad.

## **II.5 – AVALIAÇÃO FINAL/PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**II.5.1** – O Coordenador do projeto deverá encaminhar em Formulário *online* específico, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do projeto, em conformidade com o Termo de Concessão e demais normas do CNPq:

**II.5.1.1** – A prestação de contas financeira, com apresentação de comprovantes de despesas, em conformidade com as normas de Prestação de Contas disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cnpq.br/prestacaocontas/index.htm>; e

**II.5.1.2** – O relatório técnico final, com detalhamento de todas as atividades desenvolvidas durante a execução do projeto e o registro de todas as ocorrências que afetaram o seu desenvolvimento.

**II.5.2** – Quando solicitado pelo CNPq, o Coordenador deverá preencher formulário de avaliação e acompanhamento do projeto de pesquisa aprovado.

## **II.6 – ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DO CONTEÚDO DA CHAMADA PÚBLICA E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROPOSTA ONLINE**

**II.6.1** – Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada Pública podem ser obtidos encaminhando mensagem para o endereço [casadinhoprocad@cnpq.br](mailto:casadinhoprocad@cnpq.br).

**II.6.2** – O atendimento a proponentes com dificuldades no preenchimento do Formulário de Propostas *Online* será feito pelo endereço [suporte@cnpq.br](mailto:suporte@cnpq.br) ou pelos telefones (61) 3211-9004 ou 3211-9354, de segunda à sexta-feira, no horário de 8h30 às 18h30.

## ANEXO I

### VALORES E NORMAS DE BOLSAS

#### VALORES DE AUXÍLIOS

MODALIDADE	VALOR (R\$)/mês
Bolsa – Doutorado Sanduíche	1.800,00
Bolsa – Estágio Pós-Doutoral - PDJ	3.200,00
Bolsa – Estágio Pós-Doutoral - PDS	4.000,00
Auxílio suporte adicional para deslocamento de alunos de Mestrado	1.200,00
Auxílio Moradia – Mestrandos	Até 900,00
Auxílio Moradia – Doutorado Sanduíche	Até 900,00
Auxílio Moradia – Iniciação Científica	Até 900,00

As bolsas da modalidade doutorado sanduíche no país são as bolsas da modalidade SWP: [http://www.cnpq.br/normas/rn\\_06\\_016\\_anexo6.htm](http://www.cnpq.br/normas/rn_06_016_anexo6.htm) que terão duração de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) meses.

As bolsas de Estágio Pós-Doutoral terão duração de 6 a 12 meses e serão regidas pela norma específica:

- Pós-Doutorado Junior (PDJ): [http://www.cnpq.br/normas/rn\\_06\\_016\\_anexo4.htm](http://www.cnpq.br/normas/rn_06_016_anexo4.htm) para candidatos que possuam o título de doutor há menos de 7 anos, quando da implementação da bolsa.
- Pós-Doutorado Sênior (PDS): [http://www.cnpq.br/normas/rn\\_06\\_016\\_anexo5.htm](http://www.cnpq.br/normas/rn_06_016_anexo5.htm) para candidatos que possuam o título de doutor há mais de 7 anos, quando da implementação da bolsa.